O MAL-ESTAR DA NOMEAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DAS NARRATIVAS DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

THE DISCOMFORT OF SEXUAL NAMING: A PSYCHOANALYTC ANALYSYS OF THE NARRATIVES OF LESBIAN AND BISEXUAL WOMEN

Taila Alberton[1]
Andre Alonso Marques[2]
Gustavo Angeli[3]

Resumo: o presente artigo propõe uma leitura psicanalítica sobre o processo de nomeação da sexualidade em mulheres lésbicas e bissexuais. Articula-se os conceitos freudianos de pulsão identificação e cultura aos estudos de gênero para problematizar a hipótese de que a nomeação sexual opera simultaneamente como forma de reconhecimento e como fonte de mal-estar, ao confrontar o sujeito com as exigências sociais de coerência e pertencimento. A pesquisa fundamenta-se no método psicanalítico extramuros e utiliza vinhetas clínicas retiradas de narrativas digitais, nas quais mulheres relatam diferentes formas de nomeação sexual. A análise evidencia que o desejo, por sua estrutura inconsciente, resiste à fixação em categorias identitárias estáveis, revelando a sexualidade como campo de atravessamentos entre o singular e o social. Conclui-se que o mal-estar contemporâneo não se limita à repressão da sexualidade, mas à tentativa de estabilizar o que é plural. A escuta psicanalítica, nesse contexto, deve acolher o não saber como potência e dialogar com os deslocamentos promovidos pelos estudos de gênero, reafirmando a importância de uma clínica ética e não normativa.
Palavras-chave: Psicanálise; Mulheres; Sexualidade.

Abstract: this article proposes a psychoanalytic reading of the process of sexual naming among lesbian and bisexual women. It articulates Freud's concepts of drive, identification, and culture with gender studies to discuss the hypothesis that sexual naming operates simultaneously as a form of recognition and as a source of discomfort, as it confronts the subject with social demands for coherence and belonging. The research is grounded in the extramural psychoanalytic method and draws on clinical vignettes taken from digital narratives in which women describe different forms of sexual naming. The analysis reveals that desire, due to its unconscious structure, resists fixation within stable identity categories, unveiling sexuality as a field traversed by both the singular and the social. It concludes that contemporary discomfort is not limited to the repression of sexuality, but rather to the attempt to stabilize what is fluid and plural. In this context, psychoanalytic listening must embrace not-knowing as a form of potency and engage in dialogue with the displacements promoted by gender studies, reaffirming the importance of an ethical and non-normative clinical practice.
Keywords: Psychoanalysis, Women, Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise sobre a nomeação da sexualidade em mulheres lésbicas e bissexuais que, em muitos casos, não se reconhecem em uma terminologia fixa ou alteram essa identificação ao longo da vida. Busca-se compreender esse processo a partir

[1] Psicóloga graduada pelo Centro Universitário de Brusque, pós-graduanda em Psicologia Escolar e Educacional, psicóloga clínica e psicóloga educacional da Prefeitura de Brusque (SC).
[2] Psicólogo clínico graduado pelo Centro Universitário de Brusque. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na área de Psicologia Social e Cultura, e na linha de pesquisa em Psicanálise Política e Cultura. Pesquisador membro no Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade na UNIFESP.
[3] Pós-doutor e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau.

de diálogos entre a construção de gênero e a psicanálise, considerando como hipótese central que a nomeação sexual envolve, simultaneamente, uma forma de identificação e a escolha de um objeto amoroso. Para tanto, a discussão articula o período de latência e a formação da meta sexual no desenvolvimento do sujeito, bem como o conceito de pulsão, entendido como força psíquica que não se restringe a um objeto sexual, a práticas específicas ou a modos fixos de se relacionar. Assim, pretende-se refletir sobre a experiência amorosa, os vínculos afetivos e o reconhecimento de si como sujeito desejante, evidenciando a pluralidade e a fluidez que atravessam a sexualidade.

Para entender e sustentar a concepção do sexual, Freud (1905; 2016) nos diz que a sexualidade não é algo dado ou estável, mas construída na infância, e atravessada pelo complexo de édipo, ou seja, pela forma como a criança se posiciona frente ao desejo dos pais e às interdições impostas pela castração, o que influenciará diretamente a escolha do objeto amoroso e na construção da sexualidade. Para Nasio (2020) o complexo de édipo é inevitável e estruturante, dessa forma, nenhuma criança passa por ele sem que isso marque seu desejo e sua subjetividade. Em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016), Freud apresenta a teoria da sexualidade infantil, rompe com a ideia de que o impulso sexual surge apenas na puberdade, descreve suas características: composta por pulsões parciais, inicialmente autoeróticas e desvinculadas da genitalidade, que se organizam ao longo do desenvolvimento psicossexual em diferentes fases.

A sexualidade infantil ocorre no período que antecede a puberdade, marcado por novas formas de buscar prazer, diferencia-se da sexualidade adulta. Desde os primeiros anos de vida, a criança já manifesta uma sexualidade, expressa por zonas erógenas que proporcionam ao sujeito uma satisfação. Assim, entende-se que como a meta sexual infantil, tudo aquilo que remete ao seu prazer, vinculado a suas necessidades e funções fisiológicas, como mamar no seio materno, manipular o próprio corpo, aprender coisas novas ou exercer controle sobre o esfíncter (Freud, 1905; 2016). Esse prazer, no entanto, não está inicialmente ligado à genitalidade, mas à satisfação promovida por partes específicas do corpo, configura o que Freud denomina de fases do desenvolvimento psicossexual.

A concepção das fases de organização da libido, como proposto por Garcia-Roza (1994), passa a ser possível após a apresentação do conceito de “organização pré-genital” na primeira edição de Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016). Neste sentido a noção de “fase libidinal” diz respeito a uma etapa do desenvolvimento sexual da criança que se caracteriza por uma organização da libido que é determinada ou pela predominância de uma zona erógena ou por um modo de se relacionar com o objeto. Neste sentido, foi a partir dessa noção de zona erógena e da suposição de que algumas partes do corpo são “predestinadas”, no que se refere a uma erroneidade, que Freud passa a desenvolver o importante conceito de organização de libido (Garcia-Roza, 1994).

Neste sentido, a primeira fase da evolução sexual pré-genital é denominada como fase oral. Nela o prazer tem ligação com a ingestão dos alimentos e a com a excitação da mucosa dos lábios e da cavidade bucal. Nesta fase o objetivo sexual consiste na incorporação do objeto, e isso funcionará como um protótipo para futuras identificações. Ao utilizar a distinção feita por Freud entre fonte, objetivo e objeto da pulsão, pode-se dizer que no caso da fase oral, a fonte é a própria zona oral da criança, enquanto o objeto é o seio materno e o objetivo é a incorporação do objeto (Garcia-Roza, 1994).

A fase anal-sádica, é a segunda fase pré-genital da sexualidade infantil (acontece entre os dois e quatro anos aproximadamente). Nesta fase, a organização da libido está sob o primado da zona anal e pelo modo de relação com o objeto. Impregna-se o valor simbólico, a capacidade de dar e receber do sujeito. Já na fase fálica a organização da libido se volta para as zonas genitais, e nesta fase apresenta-se um objeto sexual e alguma convergência dos impulsos sexuais sobre o objeto. A importância dessa fase está ligada ao fato de que ela assinala o ponto culminante e o declínio do complexo de Édipo pela ameaça a castração (Garcia-Roza, 1994).

Dessa forma, as fases de desenvolvimento sexual infantil fazem parte de um processo psíquico típico da construção da sexualidade do sujeito, e podem resultar em desvios parciais da meta sexual. Freud (1905; 2016) define a meta sexual como o objetivo para o qual tende a pulsão sexual, sendo, no adulto, geralmente associada ao sexo, como tocar, olhar, ser olhado ou provocar dor. No entanto, esses não são os únicos destinos possíveis da pulsão. A criança busca prazer de maneiras como brincar, aprender, se relacionar. Compreender essas manifestações e não patologizá-las permite reconhecer as expressões legítimas da complexidade pulsional que constitui a sexualidade humana. Ao mesmo tempo, esse entendimento amplia a noção de sexualidade para além de uma finalidade genital, revela a pluralidade do desejo e sua abertura a diferentes formas de gozo.

A fluidez que marca a constituição da sexualidade também se expressa nas escolhas amorosas e nas formas de desejo. A sexualidade humana perpassa diversas formas e não se resume à normatividade social. Freud (1905; 2016) contesta a ideia de que exista um instinto sexual voltado exclusivamente à relação homem-mulher, como sustenta o senso comum. Propõe o termo inversão, para descrever configurações do desejo que não se alinham à heterossexualidade normativa, termo que, embora datado e marcado por uma visão médica da época, já apontava para a existência de outras formas legítimas de amar e desejar.

A heteronormatividade, enquanto estrutura simbólica e cultural que estabelece a heterossexualidade como modelo legítimo de vínculo amoroso e identitário, opera como um imperativo silencioso na constituição do sujeito na sociedade. Como uma implicação social, a heteronorma perpassa nosso cotidiano constantemente, com padrões rígidos do comportamento sexual e de gênero, que atribuem, desde o berço, como o “rosa para

menina" e o "azul para o menino" no senso comum. Roudinesco (2000) apresenta esse padrão como um discurso normativo que reduz a subjetividade a modelos binários de identidade, apaga a complexidade dos desejos e das identificações possíveis, e que, por isso, deve ser criticado tanto no campo social quanto na escuta clínica.

Dessa forma, também perpassa meios sociais e impacta em outros aspectos dentro da comunidade LGBT+[4] mesmo se opondo contra esse padrão de binariedade, segue com uma ideia de homem-mulher hierarquicamente dentre termos como ativa-passiva. Assim, entende-se que nomeação faz parte de um contexto que demarca um lugar além da norma, numa visão política de visibilidade, entretanto, a psicanálise propõe uma escuta que sustente o conflito e abra espaço para a elaboração subjetiva das identidades, sem reduzi-las à lógica do pertencimento normativo.

Nesse sentido, a apropriação dos desejos e da escolha do objeto amoroso pode ser ambígua: pode oferecer rigidez, por meio de rótulos e do estigma que os acompanha, ou, ao mesmo tempo, representar um ponto de apoio simbólico, funciona como forma de inscrição subjetiva. Nomear-se pode cristalizar o desejo em categorias pré-estabelecidas, mas também pode auxiliar na organização do sujeito.

A sexualidade não se constitui sem a mediação do social e a psicanálise aponta para a tensão entre a necessidade de nomeação e os efeitos dessa nomeação sobre o sujeito. Reconhecer-se para além da heteronormatividade, entendida como a estrutura cultural que estabelece a heterossexualidade como norma, pode gerar angústia e impulsionar o sujeito à busca de novas identificações: "Se não sou heterossexual, então o que sou?".

A nomeação sexual é esse meio para se compreender em um lugar, mas é importante questionar até que ponto os rótulos são necessários ou limitantes. Mais do que buscar uma definição ou um nome fixo, importa compreender e aceitar a subjetividade, abrir espaço para uma vivência do desejo menos normativa. A escuta psicanalítica permite tensionar os processos de identificação sexual, reconhecendo o sujeito como atravessado por marcas inconscientes, culturais e afetivas, que moldam tanto suas escolhas de objeto quanto sua psique. A saída da heteronorma, nesse sentido, não implica necessariamente em uma não classificação, mas na entrada em um novo sistema de nomeações (como "lésbica" ou "bissexual"), que também pode se tornar limitante ou fonte de angústia. Como aponta Goffman (1988), os rótulos identitários, quando fixados como identidade única, podem funcionar como estigmas, apagando a complexidade subjetiva.

O presente artigo se sustenta, como estratégia de produção de conhecimento, na análise de vinhetas clínicas com narrativas e fragmentos de mulheres LGBT+, que se reconhecem lésbicas ou bissexuais, e muitas vezes questionam essa posição ou até mesmo mudam de escolha, extraídas de espaços digitais como blogs, redes sociais e páginas. A

[4] A sigla LGBT+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas transgêneras, sendo o sinal de "+" utilizado para incluir outras identidades e expressões de gênero e sexualidade, reconhecendo a pluralidade das vivências que não se limitam às categorias nomeadas.

psicanálise, ao sustentar o desejo como plural e como construção simbólica e inconsciente, propõe uma escuta subjetiva não normativa, que se afasta das tentativas de totalização. Como destacam Rosa e Domingues (2010), a psicanálise não precisa permanecer restrita ao *setting* clínico, mas pode se fazer presente nos campos da cultura, da política e dos discursos públicos, numa perspectiva extramuros. Minerbo e Figueiredo (2006) reforçam que essa escuta também pode se dirigir às produções simbólicas e sociais, desde que se mantenha fiel à atenção flutuante e à ética da transferência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A FORMAÇÃO DA SEXUALIDADE: DA INFÂNCIA À META SEXUAL

A sexualidade se manifesta na infância, como Freud aponta em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016), ao questionar a concepção tradicional que restringia a sexualidade à puberdade e à função reprodutiva, propondo entendê-la também como uma realidade presente na criança. "A sexualidade não é algo dado ou estável, mas construída na infância, atravessada por pulsões parciais e desvinculadas da genitalidade" (Freud, 1905;2016, p. 42). Desse modo, a constituição do sexual envolve uma reorganização pulsional que tem início na infância, articulada ao complexo de Édipo e às experiências afetivas primárias.

Dessa forma, surge o conceito de meta sexual, que é compreendida no adulto, como o objeto para o qual se direciona a pulsão sexual, desde o beijo, o toque, o olhar, até sentir ou provocar dor. Para a criança, contudo, a busca por prazer é marcada por práticas não genitais, como mamar, brincar e manipular o próprio corpo, configurando um panorama amplo e multifacetado da sexualidade humana (Freud, 1905; 2016).

As fases do desenvolvimento psicossexual: oral, anal e fálico, constituem momentos fundamentais na organização do desejo. Cada uma dessas etapas apresenta formas específicas de satisfação pulsional, que não desaparecem na vida adulta, mas permanecem como marcas psíquicas passíveis de retorno ou deslocamento. Nesse sentido, compreender a sexualidade infantil implica reconhecer que o adulto não se constitui como um ser sexual apenas a partir da puberdade, mas como resultado de um processo contínuo de reorganização pulsional iniciado desde os primeiros anos de vida (Freud, 1905; 2016).

Outro aspecto central apresentado em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade é a noção de bissexualidade originária. Para Freud (1905; 2016), o sujeito nasce com potencialidades múltiplas de investimento libidinal, não determinadas à priori por um objeto ou direção única. Essa concepção rompe com a ideia de que haveria uma linearidade natural rumo à heterossexualidade e permite pensar a sexualidade como campo aberto a diferentes identificações e escolhas de objetos amorosos. Tal perspectiva mostra que a sexualidade não é estática, mas atravessada por contingências históricas, culturais e afetivas, que podem reorientar a posição subjetiva ao longo da vida. A bissexualidade

originária, portanto, funciona como um ponto de partida estrutural que abre espaço para a pluralidade das experiências do desejo, revela que a nomeação identitária nunca é capaz de capturar completamente a complexidade da vida psíquica.

Além da perspectiva freudiana, estudos contemporâneos destacam que a bissexualidade enquanto orientação sexual diz respeito à experiência adulta de desejo por mais de um gênero. A pluralidade do desejo não se limita à infância, mas se prolonga e se transforma ao longo da vida, atravessada por normas, estigmas e resistências sociais, a esse respeito, Méllo (2012) destaca que a constituição da sexualidade não ocorre em um vazio, mas é moldada por dispositivos sociais que produzem corpos inteligíveis a partir da heteronormatividade. Assim, desde a infância, o sujeito é interpelado por práticas discursivas e culturais que o direcionam para performances de gênero e desejos socialmente legitimados. Essa produção normativa do corpo-sexualidade reforça que a sexualidade, embora singular, está inevitavelmente atravessada por condicionantes históricos e políticos.

Esse entendimento rompe com a ideia de uma sexualidade normativa e fixa, evidencia sua pluralidade e fluidez. Laplanche (1992) reforça que as pulsões sexuais não possuem um fim natural ou necessário, mas se estruturam por meio de deslocamentos e desvios que podem se reorganizar ao longo da vida, inclui mudanças nas formas de nomeação e identificação sexual. Nesse sentido, compreender a sexualidade implica sustentar a tensão entre o que é da ordem do singular, o enigma do desejo, e o que é imposto pelo social, que insiste em oferecer nomes e categorias.

2.2 O SEXUAL COMO ENIGMA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE

Para Laplanche (1992), o sexual é, por excelência, um enigma, algo que escapa à totalização e que insiste no sujeito de forma deslocada. Esse caráter enigmático impede que o desejo seja plenamente nomeado ou reduzido a categorias fixas, faz da sexualidade uma experiência de permanente construção e reorganização subjetiva.

Goffman (1988) destaca que os rótulos sociais, quando fixados como identidade única, podem operar como estigmas, reduzindo a complexidade do sujeito a uma única característica. Nesse sentido, a escuta psicanalítica propõe-se a acolher o que resta da subjetividade para além da nomeação, reconhecendo o caráter fluido e mutável do desejo.

Ceccarelli (2000) acrescenta que o preconceito em torno da sexualidade está diretamente ligado à dificuldade em lidar com aquilo que escapa à normatividade. A tentativa de fixar identidades rígidas funciona como uma defesa frente ao enigma do desejo, produz exclusões e estigmas que reduzem a pluralidade da experiência subjetiva. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender que as manifestações da sexualidade não devem ser tomadas como desvios, mas como soluções singulares que cada sujeito elabora diante do caráter enigmático da pulsão. Nesse sentido, a psicanálise é

convocada a sustentar uma posição ética que acolha a diversidade das formas do desejo, recusando interpretações que o reduzam a categorias patologizantes.

A teoria freudiana sobre a homossexualidade feminina ganha relevo, pois evidencia tanto o esforço inaugural de pensar a sexualidade para além da norma, quanto os impasses de sua época. Inicialmente, Freud tratou o tema de modo indireto, associado a conceitos como bissexualidade, complexo de masculinidade e inveja do pênis. Em 1905, já reconhecia em sua clínica a presença do amor homossexual, como no caso Dora, mas ainda o compreendia a partir da noção de inversão do objeto sexual, o que revela sua dificuldade em considerar o papel central das relações femininas, especialmente o vínculo com a mãe, na constituição psíquica da menina (Pastana; Klipan, 2021).

O caso da jovem homossexual, apresentado em 1920, representou uma virada ao trazer a figura materna para o centro da compreensão da homossexualidade feminina. Nesse momento, Freud distinguiu identificação e escolha de objeto, mostra que uma mulher poderia identificar-se com o pai sem que isso implicasse necessariamente em um destino homossexual. A homossexualidade, então, passou a ser entendida como sustentada por uma fixação primária na mãe, o que ampliou a leitura sobre os múltiplos caminhos possíveis para a feminilidade (Pastana; Klipan, 2021).

Pastana e Klipan (2021) ressaltam que, ao longo da obra freudiana, a homossexualidade feminina ocupou lugar marginal e muitas vezes foi tratada indiretamente. No entanto, a partir do Caso da jovem homossexual (1920), Freud passa a reconhecer o papel central da mãe na constituição do desejo feminino. Nesse ponto, a homossexualidade deixou de ser entendida apenas como inversão do objeto sexual e passou a ser pensada como sustentada por uma fixação primária no vínculo materno. Tal leitura, ainda que marcada por limites de época, abriu caminho para compreender que toda feminilidade traz em si uma dimensão homossexual, manifesta ou latente, revela que o amor entre mulheres não pode ser reduzido à patologia, mas deve ser reconhecido como parte constitutiva da sexualidade.

Nos últimos escritos, Freud reformulou sua teoria ao diferenciar pênis e falo, reconhece o desejo da mãe como estruturante da subjetividade feminina. Ainda assim, manteve a feminilidade atrelada à maternidade, o que lhe rendeu críticas posteriores por restringir a compreensão do desejo e do gozo das mulheres. Desse modo, embora tenha sido fundamental para desvincular a homossexualidade da ideia de perversão, sua teoria permaneceu atravessada por impasses, sobretudo no que diz respeito à feminilidade e à posição homossexual como parte constitutiva da sexualidade feminina (Pastana; Klipan, 2021).

Nesse ponto, as análises de Ripoli Martins (2023) em Histórias da Margem ampliam a leitura ao situar a lesbianidade como categoria histórica, construída por discursos médicos, jurídicos e psicanalíticos que, desde o século XIX, procuraram enquadrar as relações entre

mulheres em registros de desvio, patologia ou anomalia. Ao mesmo tempo, o resgate de experiências invisibilizadas, como mulheres que recusaram o casamento, formaram comunidades ou priorizaram afetos femininos, evidencia que a lesbianidade também se constituiu como prática de resistência ao patriarcado e à heteronormatividade. Essa tensão entre patologização e resistência atravessa a própria história da psicanálise, em que a voz das mulheres lésbicas e bissexuais esteve muitas vezes silenciada, mas deixou marcas na clínica e nos debates inaugurais.

A leitura histórica proposta por Ripoli Martins (2023) permite compreender que a invisibilização das lesbianidades nos primórdios da psicanálise não se tratou apenas de um descuido teórico, mas de um reflexo da própria lógica patriarcal que sustentava as categorias diagnósticas da época. Ao examinar as Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena, a autora identifica como a homossexualidade feminina era tratada de forma secundária em relação à masculina, muitas vezes reduzida a um apêndice das teorias sobre a perversão. Esse silenciamento evidencia o quanto a construção da sexualidade lésbica esteve marcada pela ausência de reconhecimento discursivo, impondo às mulheres que amavam mulheres a tarefa de existir à margem tanto do saber médico quanto do psicanalítico.

2.3 HETERONORMATIVIDADE E SEUS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE

O percurso histórico reconstruído por Ripoli Martins (2023) mostra que, da Antiguidade à Modernidade, as formas de nomear o desejo entre mulheres foram progressivamente enquadradas por lógicas patriarcais. De práticas pedagógicas e comunitárias, tornaram-se pecado na Idade Média, crime na Idade Moderna e, finalmente, doença na sexologia do século XIX. Esse movimento revela como a heteronormatividade se consolidou como regime de poder, organizando a sexualidade em torno da reprodução e apagando a legitimidade dos vínculos entre mulheres.

Ao trazer à luz narrativas históricas de resistência de lésbicas e bissexuais, Ripoli Martins (2023) mostra que tais experiências não apenas escapavam às classificações normativas, mas também questionavam a própria ordem simbólica que sustentava a heteronormatividade. Ao não se orientar pelo falo nem pela função reprodutiva, opera como uma crítica radical às normas de gênero, desestabiliza categorias binárias e revela a insuficiência das classificações tradicionais para dar conta da pluralidade do desejo. Tal compreensão abre espaço para o diálogo da psicanálise com os estudos de gênero, sugere que a escuta clínica precisa estar atenta às formas de subjetivação que emergem fora dos padrões hegemônicos.

Toda a formação do senso comum em torno da sexualidade resulta em uma norma estabelecida de desejar e de amar, institui a heteronormatividade como estrutura simbólica e cultural que legitima apenas a heterossexualidade como vínculo identitário válido. Esse

regime normativo exerce um imperativo silencioso sobre os sujeitos, convoca-os a ocupar lugares previamente dados. Roudinesco (2000) alerta que esse padrão reduz a subjetividade a modelos binários, reforçados desde o nascimento por códigos culturais, que moldam expectativas sociais e afetam diretamente a constituição da sexualidade e do gênero. Esse enquadramento evidencia como o sujeito, ainda em formação, é atravessado por discursos normativos que buscam limitar a fluidez de suas experiências.

Mesmo dentro da comunidade LGBT+, a heteronormatividade mantém seus efeitos, organiza práticas e discursos a partir de oposições binárias. Pastana; Klipan (2021) observa que o sujeito contemporâneo se vê dividido entre a fluidez pulsional e a exigência de um lugar fixo na gramática social do desejo. Assim, a nomeação dentro do contexto LGBT+ pode representar, ao mesmo tempo, um gesto de visibilidade política e um novo enquadramento normativo. Essa tensão exige da psicanálise uma escuta ética, capaz de sustentar a singularidade do desejo sem reduzi-lo a categorias de pertencimento que, embora conferindo reconhecimento social, podem aprisionar a subjetividade.

Nesse horizonte, o feminismo lésbico oferece uma crítica radical à heteronormatividade, entendida não apenas como norma social, mas como regime político que sustenta categorias fixas de gênero. Inspirada em Monique Wittig, a análise apresentada por Agio (2024) destaca que “homem” e “mulher” não são essências naturais, mas categorias políticas e econômicas que reproduzem estruturas de dominação. A lesbianidade, ao recusar a heterossexualidade compulsória, constitui-se como possibilidade de desestabilização desse binarismo, abre caminho para formas subversivas de subjetivação. Esse entendimento dialoga com a psicanálise ao evidenciar que a identidade nunca se reduz a uma essência fixa, mas se constrói no tensionamento entre desejo, linguagem e laço social.

A psicanálise tem buscado deslocar a compreensão da sexualidade feminina de um eixo centrado na falta ou na ausência de falo, como frequentemente ocorria nas leituras clássicas, para uma concepção que privilegia a pluralidade do desejo e a complexidade do gozo. Autores atuais (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017) destacam que o feminino não se reduz a uma essência natural, mas constitui-se na relação entre linguagem, corpo e laço social, abrindo espaço para experiências de desejo que não encontram tradução imediata em categorias normativas.

Nesse movimento, observa-se também um esforço crítico de revisão dos preconceitos presentes nas teorizações iniciais da psicanálise sobre homossexualidade e lesbianidade. Trabalhos recentes evidenciam que a escuta clínica não deve estar orientada pela busca de um ideal normativo, mas pela sustentação da singularidade de cada sujeito, permitindo que ele nomeie, ou mesmo não nomeie, sua sexualidade sem que isso seja visto como déficit. Essa postura clínica contrasta com os modelos que historicamente patologizaram a

homossexualidade e, ao mesmo tempo, afirma a importância de reconhecer os efeitos de discurso da heteronormatividade na subjetivação (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

Além disso, pensar a sexualidade feminina implica reconhecer o atravessamento dos discursos culturais e políticos que buscam ignorar o sexual. A psicanálise, ao se abrir para o diálogo com os estudos de gênero e com o feminismo, tem mostrado que o feminino não pode ser entendido como destino biológico nem como essência fixa. Trata-se de uma construção atravessada pela linguagem, pela história e pelas relações de poder, e que, justamente por isso, oferece resistência às classificações rígidas. Assim, a clínica contemporânea se coloca diante do desafio ético de acolher a fluidez sexual sem reduzi-la a categorias estáveis (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

Pensar a sexualidade feminina implica reconhecer o atravessamento dos discursos culturais e políticos que buscam fixar modos de ser e de desejar. A psicanálise, ao estabelecer diálogo com os estudos de gênero e com o pensamento feminista, evidencia que o feminino não se constitui como um destino biológico nem como uma essência imutável. Trata-se de uma construção permeada pela linguagem, pela história e pelas relações de poder, o que lhe confere um caráter instável e em constante movimento. Nesse sentido, a clínica contemporânea se depara com o desafio ético de acolher a fluidez sexual, evitando reduzi-la a categorias normativas ou estáveis (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A PESQUISA A PARTIR DO MÉTODO PSICANALÍTICO

O presente artigo fundamenta-se no método de pesquisa em psicanálise, pautado na escuta do sujeito, para além da prática clínica, como campo de saber capaz de operar diálogos com produções discursivas e culturais, numa perspectiva da psicanálise extramuros. Por meio dos fundamentos psicanalíticos esta é, antes de tudo, uma investigação que se apoia nos fundamentos da teoria e em sua ética. Ela não busca uma objetividade ou neutralidade, mas produzir saber a partir da escuta, da transferência e da implicação do pesquisador com o objeto estudado. É um tipo de pesquisa que envolve o sujeito do inconsciente, seja ele o pesquisador, o interlocutor, ou o campo simbólico que se pretende investigar (Hashimoto, 2001).

Pesquisar em psicanálise é sustentar uma escuta que se orienta pelo inconsciente e que atravessa o pesquisador, ou seja, exige que ele se implique naquilo que escolhe investigar, deixando-se afetar pelas questões que emergem ao longo do processo. Nesse sentido, não há separação entre sujeito e objeto, e a própria escrita se torna um espaço de elaboração e transformação subjetiva (Hashimoto, 2001).

Na psicanálise, como destaca Hashimoto (2001), o método não é uma técnica previamente estabelecida, mas um percurso que se constitui no processo e pela própria pesquisa. Desta forma, a teoria, o objeto e a posição do pesquisador não são elementos

separados, mas se encontram, de forma que o pesquisador é tomado como um sujeito atravessado pela própria investigação, implicado tanto nas escolhas temáticas quanto na leitura do material analisado.

A psicanálise extramuros é, conforme Minerbo e Figueiredo (2006), uma maneira de deslocar a psicanálise de sua posição tradicional de aplicação clínica para operá-la como ferramenta de leitura do sujeito em campos mais amplos. A psicanálise, nessa concepção, não se reduz a uma aplicação da clínica, mas conserva sua ética e seus princípios de escuta mesmo fora da relação analítica tradicional.

Partindo da perspectiva da teoria e conforme descrito anteriormente, por meio desse deslocamento, para os campos sociais e discursivos, foram selecionadas vinhetas clínicas, por meio da busca no *Google*, no meio da cultura digital, que vem se tornando cada vez mais presente na comunidade. Esses relatos públicos, disponíveis em redes sociais, entrevistas, vídeos e blogs, tratam de uma narrativa de sujeitos, em sua relação com a nomeação da própria sexualidade com o objetivo de criar um diálogo com pessoas que passam pela mesma situação.

A pesquisa utiliza essas vinhetas clínicas, como fragmentos de histórias em que o sujeito se confronta com o desafio de se reconhecer e se posicionar em relação à própria sexualidade, revela os efeitos subjetivos que esse processo produz sobre o desejo. Esses relatos narrados por mulheres que se nomearam lésbicas ou bissexuais na vida adulta, são lidos a partir do referencial psicanalítico, para extrair efeitos e sentido a partir das tensões discursivas e afetivas que ali se manifestam.

Dessa forma, após a pesquisa e leitura, e por meio da transferência, quatro (4) vinhetas clínicas foram selecionadas a partir da escuta implicada pela pesquisadora e os pesquisadores, sustentada em suas vivências e pelo atravessamento subjetivo que a temática lhes provoca. Assim, a pesquisa e a seleção foram compostas tanto pelas questões teóricas que a orientam quanto pela transferência estabelecida entre os pesquisadores e o material analisado. Essa transferência, entendida como elemento constitutivo da pesquisa em psicanálise, permite que as associações surjam a partir de um campo simbólico compartilhado, envolvendo gênero, identificação e os impasses da nomeação sexual (Hashimoto, 2001).

Por fim, esta pesquisa reconhece que não há produção de saber em psicanálise sem a implicação subjetiva de quem pesquisa. Hashimoto e Tavares (2001) apontam que a investigação teórica em psicanálise exige que o pesquisador esteja implicado no próprio processo, permitindo-se ser afetado pelo que escolhe estudar. Diante disso, formula-se a seguinte questão: como a nomeação da sexualidade pode operar, simultaneamente, como forma de subjetivação e como fonte de angústia em mulheres que se reconhecem lésbicas ou bissexuais? A partir dessa pergunta, propõe-se tensionar as relações entre desejo e linguagem, escutando os efeitos psíquicos da nomeação e os impasses que ela pode

produzir. Não se busca definir o que é ser lésbica ou bissexual, mas sustentar uma escuta do que escapa, inclusive, aos nomes. Além de ver e falar do sexual como algo plural e fluido, que não restringe o sujeito, e pode sofrer impacto, mudanças ao longo de sua vivência.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 AS NARRATIVAS DE MULHERES NAS REDES E O MAL-ESTAR DA NOMEAÇÃO

O campo da sexualidade, quando analisado sob a ótica psicanalítica, apresenta-se como lugar para se observar as tensões entre o social e o subjetivo. Freud (2010; 1930) em O mal-estar na civilização, aponta que a cultura exige do sujeito um processo contínuo de renúncia e regulação pulsional, estabelecendo normas de pertencimento que frequentemente entram em conflito com a experiência íntima do desejo. Logo no início da obra, ao discutir o chamado "sentimento oceânico", o autor descreve a possibilidade de dissolução das fronteiras do Eu em determinadas vivências, como no enamoramento, em que o sujeito se sente em comunhão com o objeto amoroso. Nesse estado, as demandas sociais parecem suspensas, pois a relação em si responde, ainda que provisoriamente, à questão do pertencimento.

A reflexão freudiana sobre o conflito entre pulsão e cultura permite compreender como a sexualidade se torna um campo privilegiado para escutar os modos pelos quais o sujeito lida com as exigências sociais e com o próprio desejo. A experiência amorosa, nesse contexto, não é apenas uma vivência íntima, mas também um acontecimento simbólico que articula reconhecimento e pertencimento. Quando o sujeito ama, encontra temporariamente uma forma de se situar no mundo, contudo, quando esse laço se desfaz, ele é novamente convocado a interrogar-se sobre quem é e sobre o que deseja. É nesse intervalo, entre o encontro e a perda, que emergem os relatos de mulheres lésbicas e bissexuais que transitam entre diferentes nomeações de sua sexualidade, revelando as complexas negociações entre o desejo singular e as categorias sociais disponíveis para nomeá-lo.

Sara[5] relatou em um fórum digital que, desde os 20 anos, se reconhecia como lésbica e, durante seu relacionamento de longo prazo com outra mulher, não via necessidade de questionar sua orientação sexual. "Tenho 29 anos e me assumi lésbica desde os 20. Identifiquei-me brevemente como bissexual aos 19, mas eventualmente concluí que minha atração por homens era apenas heterossexualidade compulsória. Eu vinha questionando levemente minha identidade nos últimos 10 meses, mas estava em um relacionamento de longo prazo com uma mulher, então não achei que valesse a pena desvendar, mas esse relacionamento terminou recentemente. Desde o término, tenho conversado com um homem que conheci online, e eu realmente, realmente gosto dele, o suficiente para saber que não posso mais me chamar de lésbica, pelo menos não sem ser desonesta sobre meus sentimentos".

[5] Cada relato conta com um nome simbólico para ilustrar as narrativas e preservar o sigilo das narrativas.

Apenas após o término da relação e o início de um vínculo afetivo com um homem foi confrontada pela impossibilidade de manter a mesma forma de se nomear, percebe-se bissexual. Seu relato evidencia que, durante a experiência amorosa, o vínculo é suficiente para responder à demanda social "sou lésbica porque tenho uma namorada", mas, com a ruptura, retorna à exigência de nomeação e reorganização subjetiva. O mal-estar emerge justamente nessa passagem entre duas posições: pertencer a um grupo socialmente reconhecido e, ao mesmo tempo, assumir para si o desejo que escapa às classificações estáticas.

A angústia expressa por Sara diante da necessidade de se reposicionar publicamente frente à sua sexualidade ilustra o conflito descrito por Freud (1930; 2010) entre o desejo singular e as exigências de pertencimento impostas pela cultura. Ao reconhecer seus sentimentos por um homem, ela vivencia internamente uma forma de satisfação libidinal, mas imediatamente se vê tomada por um mal-estar que não advém do desejo em si, e sim da antecipação do olhar e do julgamento social.

Em O mal-estar na civilização (1930; 2010), Freud aponta que o sujeito paga um preço pela vida em comunidade: "uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa" (Freud, 1930; 2010, p. 107). O medo de ser julgada ou rejeitada pela comunidade LGBT+, revela o quanto a culpa e o medo da desaprovação se instalam como marcas do supereu, expressão das normas sociais internalizadas. Assim, o conflito de Sara não se restringe à nomeação sexual, mas se inscreve no campo mais amplo da tensão entre a necessidade de amor e aceitação e a renúncia exigida pela cultura. Freud (1930/2010) sugere que a civilização busca estabilidade e controle sobre as forças pulsionais, dessa forma, o desconforto de Sara ao se reconhecer fora de uma categoria fixa evidencia a persistência desse ideal de ordem sobre o campo do desejo.

Ao nomear seus sentimentos, ela realiza um movimento de afirmação subjetiva, mas o mal-estar surge no instante em que tal afirmação precisa ser reconhecida pelo outro. A cultura, nesse sentido, aparece como cenário de um duplo movimento, pois ela oferece as palavras e categorias com as quais o sujeito pode nomear-se, mas também impõe o preço da conformidade. A passagem de Sara mostra que, para o sujeito moderno, a sexualidade continua a ser um dos lugares privilegiados em que se manifestam as contradições entre liberdade pulsional e pertencimento social, núcleo do mal-estar freudiano.

A reação do grupo diante de deslocamentos identitários, como o de Sara, também pode ser compreendida à luz do conceito de narcisismo das pequenas diferenças (Freud, 1917; 2010). Em muitos movimentos sociais, inclusive os que defendem a liberdade de expressão sexual, observa-se que a diferença interna, o "outro" dentro do mesmo grupo, pode gerar desconforto, por ameaçar a coesão simbólica que sustenta o pertencimento. Assim, o grupo que se propõe libertário pode, paradoxalmente, reproduzir mecanismos de exclusão, ao despotencializar sujeitos cujas vivências não se encaixam inteiramente nas

normas implícitas de coerência identitária. Esse paradoxo evidencia que o mal-estar não se restringe à relação entre o sujeito e a cultura hegemônica, mas atravessa também os coletivos que buscam resistir a ela.

Em outro depoimento nas redes, Beatriz compartilhou a culpa por ter se reconhecido como lésbica durante dois anos e, em seguida, nomear-se bissexual. O desconforto surgiu da sensação de que "mudar constantemente de sexualidade" poderia ser visto como instabilidade, em contraste com a expectativa social de coerência. Ainda assim, Beatriz reafirma que a sexualidade é fluida e não fixa, revela embate entre os rótulos e a experiência singular. A fala de Beatriz surge em resposta direta à de Sara, compondo um diálogo que evidencia como essas mulheres constroem, juntas, uma gramática compartilhada para lidar com o mal-estar da nomeação. Suas narrativas se entrelaçam no espaço virtual, funcionando quase como uma cena analítica, em que o reconhecimento mútuo permite sustentar a dúvida sem que ela precise ser imediatamente resolvida. "A maneira como você descreve sua história é muito semelhante à minha. Na verdade, muitas pessoas online que vejo falam principalmente sobre ir de bissexual para lésbica, mas nunca o contrário. Eu também sinto muita culpa por me identificar como bissexual depois de ter sido lésbica por 2 anos porque muitas pessoas me conhecem como lésbica e às vezes me sinto chata por mudar constantemente minha sexualidade, mas tenho que lembrar que a sexualidade é fluida e não é algo fixo". Observa-se, aqui, que o pertencimento social exige estabilidade de nomeação, enquanto o desejo subjetivo insiste em deslocar-se, produz o mal-estar caracterizado por Freud (1930; 2010) como efeito inevitável da vida em sociedade.

A distinção entre fixação simbólica e processos de identificação contribui para aprofundar essa análise. A primeira, associada à necessidade de continuidade e coerência, tende a oferecer pertencimento, mas pode aprisionar o sujeito em classificações rígidas. Já a identificação, tal como elaborada pela psicanálise, é processual e múltipla, permite deslocamentos e abre espaço para a fluidez da sexualidade. Assim, a mulher que se reconhece bissexual após um relacionamento longo com outra mulher não "abandona" uma definição anterior, mas revela um novo movimento de identificação, evidencia que a subjetividade não se reduz a categorias herdadas ou estáveis.

A nomeação, por sua vez, cumpre função ambígua, de um lado, protege o sujeito ao possibilitar reconhecimento social e inserção em comunidades, de outro, limita, pois não dá conta da singularidade da experiência do desejo. O rótulo responde ao coletivo, enquanto o singular permanece sempre em excesso, inapreensível por completo. Reconhecer a sexualidade como fluida implica admitir que o mal-estar contemporâneo não se restringe à repressão heteronormativa, mas também à exigência de coerência nos modos de se enunciar como sujeito desejante.

Ao observar as narrativas de mulheres que interrogam suas próprias nomeações sexuais, é possível reconhecer o modo como o discurso social sobre o sujeito desejante opera segundo matrizes que buscam fixá-lo em pares binários: lésbica ou bissexual, homossexual ou heterossexual. Conforme indicam Mériti e Langaro (2011), essas matrizes simbólicas são produtos de uma tradição filosófica ocidental pautada na metafísica da presença, que privilegia a lógica da unidade e da coerência. Essa estrutura de pensamento sustenta o ideal moderno de um sujeito dotado de uma configuração estável e transparente a si mesmo. O movimento de desconstrução proposto pelas teorias *queers* e os estudos de gênero permitem, contudo, deslocar o olhar da substância estável para os efeitos de subjetivação, compreender o sujeito como resultado de práticas discursivas reiterativas que se refazem no tempo.

Em outra narrativa nas redes sociais, Ana ilustra de modo expressivo essa tensão entre a busca por coerência e a experiência da indeterminação. Ela relata ter se assumido lésbica, mas, com o passar do tempo, começa a duvidar dessa definição. Nunca havia se relacionado com homens e reconhece gostar de mulher, ainda assim, a falta de experiências variadas desperta questionamentos sobre sua orientação sexual. Ao refletir sobre a "necessidade de se rotular", Ana percebe que o impulso de se nomear partia do desejo de "encaixar-se" em alguma categoria, acredita que o pertencimento só seria possível dentro de uma forma fixa de se reconhecer. Com o tempo, compreende que essa busca por uma "caixinha" era ilusória, e que o processo de se descobrir não depende de rótulos estáveis, "Eu não tenho certeza da minha sexualidade, eu me assumi lésbica, entretanto desde uns tempos pra cá me veio a dúvida se não sou bi, porque eu nunca beijei um homem. Meu primeiro beijo foi com minha amiga, que me ajudou demais a perceber o quanto gosto de mulheres, e ao mesmo tempo ela se descobriu bi. A questão é que tenho dúvidas pq tenho pouca experiência mesmo, mas não me imagino me relacionando sexualmente com homens, felizmente ou infelizmente". Sua fala revela o conflito entre a pressão cultural por coerência e a vivência subjetiva do desejo, que se apresenta como movimento, e não como essência. "Vejo um movimento de necessidade de se rotular, e que por um momento também tomou conta de mim. Vi que me pressionar não vai adiantar de nada, e com o tempo e talvez algumas experiências eu chegue a me entender melhor. Sobre essa necessidade de se rotular eu sinto como se eu quisesse me encaixar em alguma sexualidade, sabe? como se eu coubesse em uma caixinha. eu não poderia estar mais enganada".

O relato de Júlia também se inscreve nesse campo de tensão. Aos 20 anos, ela se reconhece como bissexual, mas narra sentir uma conexão emocional e afetiva mais intensa com mulheres. Com homens, o desejo existe, porém sem o mesmo "frio na barriga", o que a faz questionar o próprio lugar dentro das categorias disponíveis, "Minha primeira paixonite de jovem foi uma menina, então tenho certeza absoluta que gosto de mulheres Hoje com

20, nunca namorei, mas já sai tanto com mulheres como com homens mas, nunca fiz sexo com nenhum dos sexos. Com mulheres parece que a relação é mais profunda, além da atração tem uma amizade forte, o que gera uma entrega maior na relação. O que eu nunca senti com homens." Ao comparar as formas de entrega nas relações, Júlia descreve uma experiência que ultrapassa a lógica binária entre o emocional e o sexual, aponta para uma sexualidade que se constitui na relação, e não em classificações estáveis. Seu discurso evidencia o que Mériti e Langaro (2011) descrevem como a necessidade de desconstruir os pressupostos que organizam as matrizes simbólicas dominantes, pois estas operam segundo uma hierarquia que valoriza determinadas formas de desejo e relação em detrimento de outras.

Tanto Ana quanto Júlia expressam o esforço de subjetivação em meio ao conflito entre o singular e o universal, o vivido e o nomeado. Ao questionarem a rigidez dos rótulos, elas colocam em prática o que Derrida (2008) denomina *différance*, um movimento de adiamento e deslocamento de sentidos que impede a fixação de uma forma definitiva de ser. Suas trajetórias mostram que o processo de nomeação sexual não é estático, mas performativo, no sentido proposto por Butler (2002), em que o sujeito se constitui na repetição e na variação de práticas e discursos.

A partir desses relatos, compreende-se que as experiências de "não saber" ou "não caber" em uma forma fechada de reconhecimento não configuram indecisão, mas uma forma legítima de existência subjetiva. Como afirmam Mériti e Langaro (2011), o deslocamento dos sentidos atribuídos às categorias permite que a fixidez seja substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento. Assim, as histórias de Ana e Júlia não representam incoerência, mas o exercício ético e singular de reconstruir-se fora das fronteiras estáveis da heteronormatividade e da lógica binária que organiza o discurso social sobre o desejo.

Os relatos analisados revelam que o movimento de nomeação sexual não é simplesmente uma escolha identitária, mas um processo atravessado pela cultura, simbólico e inconsciente. A tentativa de inscrever o desejo em uma categoria estável mostra-se sempre insuficiente diante da complexidade da experiência subjetiva. A psicanálise, ao compreender o sujeito como subjetivo, aponta que o desejo nunca se satisfaz plenamente nas formas de nomeação, pois o inconsciente resiste à fixação. A oscilação entre rótulos e incertezas, longe de representar contradição, evidencia o próprio funcionamento do desejo, que se desloca e se reorganiza a cada nova experiência amorosa.

Nesse sentido, a análise dos testemunhos permite compreender que o mal-estar contemporâneo não deriva apenas da repressão da sexualidade, mas também da impossibilidade de estabilizar o que é, por natureza, fluido. As narrativas de Sara, Beatriz, Ana e Júlia desconstroem a noção de uma verdade sobre o sexual, revelando que o sujeito não é portador de uma essência, mas efeito de um processo contínuo de significação. A

sexualidade constitui-se como campo de atravessamentos entre o desejo, o olhar do outro e as exigências de pertencimento social. Nessa trama, a subjetividade emerge como movimento e não como substância, reafirmando que o lugar do sujeito no discurso é sempre provisório, aberto e em constante deslocamento.

Diante disso, torna-se fundamental que a psicanálise mantenha sua escuta aberta aos deslocamentos promovidos pelos estudos de gênero e pela teoria *queer*. Não se trata de abandonar o rigor conceitual da clínica, mas de reconhecer que os modos de nomear e viver a sexualidade se transformam conforme o discurso social se reconfigura. Escutar o sujeito contemporâneo exige considerar as novas formas de subjetivação que emergem fora das fronteiras tradicionais do masculino e do feminino. A interlocução entre psicanálise e estudos de gênero amplia o campo de escuta do desejo e reafirma a importância de uma clínica que acolha o não saber como potência, e não como falta. Contudo, é preciso atentar para o risco de que esse não saber seja rapidamente normatizado, convertido em uma nova forma de enquadramento que busca apaziguar a angústia do sujeito diante da incerteza. Pensar a clínica, portanto, implica sustentar esse intervalo, permitindo que o sujeito atravesse seus próprios caminhos de construção e encontre, nesse percurso, uma resposta singular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite compreender que o processo de nomeação sexual nas mulheres lésbicas e bissexuais é atravessado por uma tensão constante entre a necessidade de reconhecimento social e a singularidade do desejo. A partir de Freud (1905; 2016), observou-se que a cultura impõe limites à pulsão, cria formas de pertencimento que produzem tanto laço quanto sofrimento. As vinhetas analisadas evidenciam que o sujeito contemporâneo se encontra entre a fluidez pulsional e a exigência de coerência identitária, revela o mal-estar característico da civilização moderna.

A psicanálise, ao sustentar o desejo como enigmático e não redutível a categorias fixas, oferece uma via de escuta capaz de acolher as múltiplas formas de ser e de desejar. As narrativas de Sara, Beatriz, Ana e Júlia demonstram que as oscilações identitárias não são sinais de indecisão, mas expressões legítimas do movimento de subjetivação, no qual o sujeito se reconstrói a cada experiência amorosa. Nomear-se, nesse contexto, pode representar tanto proteção quanto limitação, um gesto que organiza, mas também aprisiona.

Assim, o presente manuscrito reafirma a relevância de uma psicanálise que dialogue com os estudos de gênero e com a teoria *queer*, reconhecendo que o discurso social influencia as formas de nomear e viver a sexualidade. Escutar o sujeito para além das categorias normativas é um exercício ético que amplia o campo da clínica e possibilita o reconhecimento da pluralidade dos modos de desejar. Conclui-se que o desafio

contemporâneo da psicanálise é o de sustentar a indeterminação como espaço fecundo de elaboração subjetiva.

A reflexão construída ao longo deste trabalho evidencia que pensar a sexualidade a partir da psicanálise é pensar os limites da nomeação. Desde Freud (1905; 2016), o sexual se apresenta como campo de indeterminação, o sujeito se constitui entre o desejo e a lei, entre o prazer e a renúncia. Ao articular a teoria psicanalítica com os estudos de gênero, foi possível perceber que o discurso contemporâneo sobre identidade tende a buscar fixações, enquanto o inconsciente insiste naquilo que escapa, abre fendas nas categorias. A contribuição deste estudo reside justamente nesse ponto de intersecção: compreender que a nomeação sexual, longe de encerrar o sujeito em uma definição, pode ser lida como uma tentativa de elaborar simbolicamente o enigma do desejo.

No campo clínico, tal compreensão implica uma escuta que acolha o conflito e a ambiguidade como constitutivos da subjetividade. A psicanálise confere ao sujeito um espaço de fala onde o mal-estar não seja tratado como erro, mas como efeito do encontro entre o inconsciente e a cultura. Escutar mulheres que transitam entre diferentes formas de nomeação é reconhecer nelas não uma inconstância, mas o esforço legítimo de subjetivação frente às exigências sociais de coerência. Trata-se de uma ética que não busca adequar o sujeito às normas, mas abrir possibilidades de elaboração e invenção de si.

Dessa forma, este trabalho reafirma a importância da psicanálise como saber vivo, em um cenário em que os discursos sobre sexualidade e gênero se multiplicam, a escuta analítica pode funcionar como contraponto à pressa da definição, favorecendo a reflexão e a construção de novas narrativas sobre o desejo. Analisar o processo de nomeação sexual em mulheres lésbicas e bissexuais permitiu vislumbrar como o mal-estar pode se transformar em potência, quando acolhido pela palavra e não silenciado pela norma.

REFERÊNCIAS

AGGIO, J. Revisitando o conceito de gênero pelo viés da heteronormatividade: a marca incontornável do feminismo lésbico. **Revista de Filosofia Aurora**, [*s.l.*], v. 36, n. 01, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rfilos/a/fmCXjMLScFkcVrJywFytjZG/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIGUEIREDO, L. C; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257–278, jun. 2006. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002126863. Acesso em: 22 ago. 2025.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: **Obras completas**, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Original publicado em 1905.

FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. *In*: **Obras completas**, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Original publicado em 1930.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 236 p. Original publicado em 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Marcos Marcionilo. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HASHIMOTO, S. A. O feminino na constituição do sujeito em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2001. Disponível em: https://www.revistabpsico.com.br. Acesso em: 22 ago. 2025.

LAPLANCHE, J. **Novas fundações para a psicanálise**: a sexualidade e o inconsciente. Tradução de Álvaro Cabral. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MÉLLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 197-207, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822012000100022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/9ywzLKWFtfzTmpTJdhR5XTb/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2025.

NASIO, J. D. **Édipo**: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PASTANA, C. P; KLIPAN, M. L. A homossexualidade feminina na teoria freudiana: correlações com a feminilidade. **Subjetividades**, v. 21, p. 1-30, 2021.

ROSA, M D; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180–188, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP. Acesso em: 02 ago. 2025.

RIPOLI MARTINS, Flávia. **Histórias da margem**: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas. São Paulo. Blucher, 2023.

SOUZA, M; LANGARO, F. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 569–584, jun. 2011.

SALES, J. J. B. de. **O dualismo antagônico na teoria do eros em Platão e na teoria pulsional em Freud**. 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/228. Acesso em: 02 ago. 2025.

OLIVEIRA, S. T. S. de; SILVA, Juliana Andréa Cirino da; RODRIGUES, Hermano de França. Desejo e Prazer: A Feminilidade e o Gozo à Luz da psicanálise. Anais II CONBRACIS. Campina Grande: **Realize Editora,** 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/29225. Acesso em: 02 set. 2025.

Recebido em: 15/01/2026
Aceito em: 18/06/2026